



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Gabinete do Procurador Glaydson Santo Soprani Massaria

Representado:	Cláudio Cimprício Ribeiro
Representante:	Ministério Público de Contas, de ofício
Objeto:	Possível direcionamento de licitação para contratação de médico, realização de contratações temporárias em desrespeito ao art. 21, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal e em prejuízo de candidatos aprovados em concursos públicos e “afastamento informal” de servidores efetivos por questões políticas

PORTARIA n. 20, de 18 de novembro de 2020

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, por intermédio do Procurador signatário, no exercício de suas atribuições legais e constitucionais;

CONSIDERANDO que este Procurador tomou conhecimento de situações que, caso confirmadas, representarão graves irregularidades administrativas que contrariam os princípios da moralidade, da legalidade e da boa gestão dos recursos públicos, notadamente o possível direcionamento de licitação para contratação de médico, a realização de contratações temporárias em desrespeito ao art. 21, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal e em prejuízo de candidatos aprovados em concursos públicos, bem como o “afastamento informal” de servidores efetivos por questões políticas, o que caracterizaria dano ao Erário.

RESOLVE, com fundamento nos arts. 127, *caput*, e 129, II e III, da Constituição República e no art. 2º, II, da Resolução n. MPC - MG n. 07/2013, INSTAURAR o presente **INQUÉRITO CIVIL**.

Publique-se.

Cumpra-se.

Belo Horizonte-MG, 18 de novembro de 2020

Glaydson Santo Soprani Massaria
Procurador do Ministério Público de Contas